



A história e a luta pela legalização das primeiras rádios comunitárias do Sertão Central do Piauí¹

Orlando Maurício de Carvalho Berti²

UMESP – Universidade Metodista de São Paulo (São Bernardo do Campo – SP)

URSA – Universidade R.Sá (Picos-PI)

UESPI – Universidade Estadual do Piauí (Teresina e Picos-PI)

Resumo

Este trabalho pretende mostrar como ocorreram as lutas e a historicidade das primeiras rádios comunitárias legalizadas do Sertão Central do Piauí: Guaribas FM (na cidade de Picos), FM Nossa Senhora da Conceição (na cidade de São Julião), FM Novo Milênio (na cidade de Dom Expedito Lopes), Umbuzeiro FM (na cidade de Pio IX). Mostraremos se as lutas pela abertura, manutenção e legalização dessas rádios comunitárias envolveram as comunidades dessas cidades e como a luta por uma mídia da comunidade é importante para regiões onde não existem mídias locais. Mostraremos também como essa luta ajuda a preservar e propagar a cultura sertaneja, a cultura comunitária e a cultura local. Como suporte teórico buscamos conceitos sobre o que é mídia comunitária, informações sobre o perfil das rádios comunitárias do Brasil. Para mostrarmos o recorte pretendido fizemos visitas às emissoras e intercambiamos informações diretamente com os responsáveis por essas lutas.

Palavras-chave

História da Mídia; Sertão Central do Piauí; Mídia Comunitária; Rádios Comunitárias.

Introdução

O Sertão nordestino é uma das regiões do País mais carentes em cidadania, avanços sociais, acesso à educação de qualidade, às instituições de saúde e mais ainda acesso à mídias representativas ou que podem representar o cidadão, dando voz a seus problemas e lutas.

¹ Trabalho apresentado ao GT de História da Mídia Alternativa, do V Congresso Nacional de História da Mídia, Facasper e Ciec, São Paulo, 2007.

² Mestrando do programa de Pós-graduação em Comunicação Social da UMESSP – Universidade Metodista de São Paulo (em São Bernardo do Campo – SP), área de concentração: Processos Comunicacionais, linha de Pesquisa: Comunicação Massiva, com ênfase em Comunicação Local e Comunitária. Professor e pesquisador da URSA – Universidade R.Sá (em Picos-PI) e da UESPI – Universidade Estadual do Piauí (campus de Picos-PI e de Teresina-PI). Atualmente desenvolve pesquisas nas áreas de Comunicação Comunitária e Folkcomunicação, voltadas para comunidades carentes. E-mail: orlandoberti@yahoo.com.br.



Devido à escassez econômica e uma histórica repressão política, social e ideológica por parte de grupos político-familiares que se alternam no poder (geralmente em duas vertentes, ambas históricas e oligárquicas), tais grupos ou clãs também são detentores do controle (entendendo-se controle no sentido mais cruel da palavra) das mídias ditas convencionais do Sertão Nordestino (impressos, principalmente jornais semanais, emissoras de televisão – em quantidade pequena, mas, geralmente todas afiliadas à Globo, e de uma gama considerável de emissoras convencionais de rádio AM e FM).

Nesse entremeio as vozes comunitárias, cidadãos e locais sertanejas são constantemente abafadas e relegadas a planos inferiores, justamente porque a ótica dominante é a da manutenção do poderio de poucos em detrimento às liberdades gerais e ao desenvolvimento dos demais.

É nessa ótica de sertanejizade que pretendemos mostrar como ocorreu a luta pela legalização, seus esforços, perdas, ganhos e as conseqüências dessa legalização para as primeiras quatro rádios comunitárias legalizadas no Sertão Central do Piauí.

Por mais de uma década lutou-se para que populações antes dependentes comunicacionalmente de mídias do Sul e Sudeste do Piauí pudessem ter uma rádio local, teoricamente representativa e que pudesse dar vazão às vozes populares e cidadãos. É nessa ótica que pretendemos relatar, após processo de observação dessas emissoras, mostrando se elas construíram e constroem tais lutas pela comunicação comunitária sertaneja.

Escolheu-se o Sertão Central piauiense justamente por ser a área mais populacionalmente densa na região do semi-árido do Estado, visto que mais de 70% do território piauiense está geograficamente inserido na região sertaneja, e também ser a região menos representada midiaticamente no Piauí.

Inicialmente mostraremos o que é a comunicação comunitária, quais são as diferenças dela para a comunicação tida e dita como convencional, notadamente em termos de comunicação radiofônica, ainda a forma de comunicação mais forte na região sertaneja. Em um segundo momento abordaremos como o sertão é um local de inclusão e de possíveis inserções, dependendo das mídias. É nesse capítulo em que abordaremos a história das primeiras quatro rádios comunitárias do Sertão Central do Piauí: Guaribas FM, FM Nossa Senhora da Conceição, FM Novo Milênio, Umbuzeiro FM. Em um terceiro momento abordaremos a contribuição dessas rádios e sua historicidade para a comunicação comunitária sertaneja.



1. A Comunicação Comunitária

A comunicação comunitária é a comunicação da e para as comunidades, para grupos geralmente excluídos diretamente da midiatização pelos meios de comunicação de massa tidos como convencionais (rádios, TVs, portais, jornais e revistas).

Destacam-se como sendo características de uma mídia comunitária os seguintes aspectos:

Estar aberta à participação ativa dos cidadãos e suas entidades representativas; As pessoas da própria comunidade se revezam enquanto produtoras e receptoras dos produtos comunicacionais; Desenvolvimento do processo de interatividade na comunicação; Autogerida pelas entidades representativas da própria comunidade; Autonomia e livre de ingerências em relação aos órgãos do Governo, grande mídia, partidos políticos e seus afiliados, etc; Não tem interesses comerciais; Oferece possibilidades ilimitadas de inovação de linguagens e formatos de programas; Programação sintonizada com a realidade local. Temas de interesse local; Dirigida a segmentos específicos da população; Alcance limitado em termos de cobertura, audiência ou número de leitores; As ações se desenvolvem em torno de interesses comuns; Envolve um processo de aprendizado no exercício da democracia e da cidadania. (PERUZZO, 1998, p.152).

Essa visão do mediar comunitário de forma de utilização de meios de comunicação advém dos períodos de luta, onde havia uma censura e uma política de sufocamento das vozes populares.

PERUZZO (1998, p. 152) enfatiza que o pensamento comunicacional comunitário hoje gira em torno das questões da informação, educação, arte e cultura, tendo mais espaços para o entretenimento, prestação de serviços, participação de várias organizações e divulgação de manifestações culturais locais.

Ou seja, sae-se do campo mais político para o campo mais social, mais identitário das próprias comunidades, utilizando-se de meios como rádios comunitárias, rádios de poste, jornais comunitários, panfletos e outras formas de midiatização alternativa para mostrarem as vozes e identidades desses nichos.

Ou seja, são novas vozes, novos caminhos, novas formas de comunicação, novas formas de se trazer vozes polissêmicas.

Para COGO (in PERUZZO, 2004, p.45), a comunicação comunitária é um tipo de comunicação que se baseia principalmente nos modelos das rádios comunitárias, reivindicando o que é comum, o que é mais pautado para os interesses do nicho comunitário.



1.1. As rádios comunitárias

As rádios comunitárias são hoje um tipo de mídia de maior representação em grupos mais segmentados em termos de abrangência midiática. Essas rádios atuam principalmente enfocando assuntos das comunidades, dos grupos marginalizados, dos grupamentos e segmentos sociais não contemplados pelas mídias tidas como convencionais.

O sucesso de abrangência das rádios comunitárias denota porque a rádio é a mídia mais utilizada e consumida nesses nichos e comunidades justamente porque, como enfatiza MCLEISH, 2001 (p. 15-18): forma imagens, fala para milhões, fala para cada indivíduo, é veloz, não tem fronteiras, é simples e é barata.

Tais emissoras devem promover informação, lazer, bem como instigar manifestações culturais, artísticas, folclóricas e atos que possam instigar o desenvolvimento comunitário, sem qualquer distinção.

Segundo o sítio do Ministério das Comunicações uma emissora de rádio comunitária:

É um tipo especial de emissora de rádio FM, de alcance limitado a, no máximo, 1 km a partir de sua antena transmissora, criada para proporcionar informação, cultura, entretenimento e lazer a pequenas comunidades. Trata-se de uma pequena estação de rádio, que dará condições à comunidade de ter um canal de comunicação inteiramente dedicado a ela, abrindo oportunidade para divulgação de suas idéias, manifestações culturais, tradições e hábitos sociais. A rádio comunitária deve divulgar a cultura, o convívio social e eventos locais; noticiar os acontecimentos comunitários e de utilidade pública; promover atividades educacionais e outras para a melhoria das condições de vida da população. Uma rádio comunitária não pode ter fins lucrativos nem vínculos de qualquer tipo, tais como: partidos políticos, instituições religiosas etc. (MC, 2007).

Ainda, segundo o sítio do Ministério das Comunicações (MC, 2007), só podem se candidatar para pleitear uma emissora de rádio comunitária fundações e associações comunitárias sem fins lucrativos, legalmente constituídas e registradas, com sede na comunidade a ser abrangida pela emissora e que pretendem realizar o serviço, cujos dirigentes sejam brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, maiores de 18 anos, residentes e domiciliados na comunidade. Tais instituições não podem de forma alguma ter ligações com outras instituições tipo: partidos políticos, instituições religiosas, sindicatos etc.



Atualmente as rádios comunitárias legalizadas do Brasil são regidas pela Lei 9.612, de 1998, regulamentada pelo Decreto 2.615 do mesmo ano.

Trata-se de radiodifusão sonora, em frequência modulada (FM), de baixa potência (25 Watts) e cobertura restrita a um raio de 1km a partir da antena transmissora. Podem explorar esse serviço somente associações e fundações comunitárias sem fins lucrativos, com sede na localidade da prestação do serviço. As estações de rádio comunitárias devem ter uma programação pluralista, sem qualquer tipo de censura, e devem ser abertas à expressão de todos os habitantes da região atendida. (MC, 2007).

A Lei 9.612, reza também que a estação de rádio comunitária deve operar com potência de transmissão irradiada máxima de 25 watts (equivalente a área de abrangência geográfica de um quilômetro quadrado) e ainda operar em frequência modulada (FM), com equipamento transmissor certificado pela ANATEL³.

As primeiras notícias sobre transmissões das predecessoras das atuais rádios comunitárias datam da década de 70 do Século XX, ainda em pleno regime militar. Elas surgiram como contraponto político às emissoras convencionais, geralmente engessadas pela censura do governo militar. Todas as transmissões dessas emissoras de rádio ocorriam de forma clandestina, visto que transmitir informações radiofônicas sem a autorização dos poderes constituídos era considerado infração grave e passível de punição seríssima, inclusive tida como atitude terrorista.

Devido não haver barreiras e de ser captado por simples aparelho (de valor relativamente baixo e geralmente com valor inferior a 10% do salário mínimo) o rádio pode ser uma das mídias a ter mais contraponto às outras mídias, inclusive às próprias rádios tidas como convencionais.

Conhecidas inicialmente como rádios piratas, justamente por terem frequências e programações voltadas para contrapor o sistema, tais rádios saíram do campo alternativo para o campo comunitário, justamente por evolverem ou tentarem envolver as comunidades dos locais antes sede das rádios piratas.

Assim começava no País mais um caminho na tentativa, para muitos utópica, da democratização dos meios de comunicação ou, ao menos, dos meios de comunicação que promovem uma real democratização.

³ Anatel, Agência Nacional de Telecomunicações. Órgão regulador do Governo Federal, vinculado ao Ministério das Comunicações, que fiscaliza as rádios comunitárias do Brasil. Em cada estado o órgão tem uma delegacia que fiscaliza constantemente as emissoras comunitárias.



Essa luta permanece até hoje e instiga associações, organizações, acadêmicos, populares. Segundo COGO (1998, p.75) uma emissora de rádio comunitária tem por objetivo democratizar a palavra que está concentrada em poucas bocas e pouquíssimas mãos.

BAHIA (2007) ainda destaca que dos 5.562 municípios do Brasil, 3.384 ainda não possuem emissoras de rádio comunitária, sendo que 1.177 municípios brasileiros sequer foram contemplados com qualquer aviso de abertura de espaço para emissoras de rádio comunitária até o ano de 2004. Ou seja, a presença das rádios comunitárias no País ainda é uma realidade distante para muitas comunidades.

Na América Latina já faz mais de meio século que os povos indígenas, sindicatos, universidades, igrejas e movimentos sociais despertaram para o uso popular e comunitário do rádio. Sob diferentes denominações (rádio popular, comunitária, educativa, rural, local, pública). (COGO, 1998, p. 56-57).

Segundo o Ministério das Comunicações⁴, dados atualizados em 4 de maio de 2006⁵, atualmente há no País 11.179 rádios comunitárias, ou ditas comunitárias, sendo que dessas, 2.478 são legalizadas e com plena autorização de funcionamento. Do montante, 521 estão com licença provisória para funcionamento e devem receber autorização definitiva nos próximos meses. Mas a grande maioria, 8.180 estão pleiteando legalização. Desse montante 267 (ou 2,38% do total brasileiro) são do Piauí, dessas 45 rádios estão autorizadas, outras 11 rádios piauienses estão com funcionamento provisório e outras 211 pleiteiam legalização. No Sertão Central do Piauí há atualmente 61 rádios comunitárias, sendo que dessas: 48 pleiteiam legalização, duas estão com licença de funcionamento provisório e 11 estão autorizadas.

Foram escolhidas para este estudo as rádios: Guaribas FM, FM Nossa Senhora da Conceição, FM Novo Milênio e Umbuzeiro FM justamente por serem as comunitárias legalizadas com mais tempo de atuação no Sertão Central piauiense.

O recorte foi realizado em cima das rádios comunitárias legalizadas por conta de que as provisórias e as que pleiteiam legalização ainda não tem situação fixada, podendo atrapalhar o recorte, visto que podem ser fechadas e lacradas a qualquer momento.

⁴ Disponível no site: www.mc.gov.br, acesso em 02 de fevereiro de 2007.

⁵ Últimos dados disponíveis para consulta. Dados destacados aqui em primeiro de abril de 2007. Geralmente o Ministério das Comunicações atualiza os dados semestralmente ou anualmente, sendo que os novos dados devem ser divulgados até o final de maio de 2007, período em que este artigo científico já deverá ter sido entregue para fins de apresentação.



2. Sertão, local de exclusão e de inserção. A história e a luta de quatro rádios que pretendem dar voz às comunidades do Sertão Central do Piauí

O Sertão é um local historicamente a margem de benefícios sociais. Naturalmente em desvantagem por fatores climáticos e geológicos, a região do semi-árido nordestino é uma das áreas do País com menor IDH – Índice de Desenvolvimento Humano, apresentando os indicadores sociais mais frágeis do Brasil.

É nesse contexto em que estão localizadas as rádios Guaribas, Nossa Senhora da Conceição, Novo Milênio e Umbuzeiro, incrostradas no Sertão Central do Piauí. Tais emissoras têm objetivo de tentar mudar essa situação. Usando das prerrogativas da Lei 9.612-98 e de seus objetivos as rádios comunitárias sertanejas podem ser um contraponto à situações excludentes, dando voz a um tipo de população marginalizada pouco conhecida nos grandes centros do País e midiaticamente abordada apenas em épocas de seca ou de tragédias e nunca por suas potencialidades e qualidades.

É no Sertão piauiense onde estão localizados mais da metade dos municípios do Piauí. Nessa área está localizada mais de 70% do volume territorial dessa unidade federativa. O Sertão piauiense divide-se em três outras regiões: o Sertão Norte, menor área do Sertão do Piauí, capitaneado por municípios que ficam na região da Serra da Ibiapaba e Serra dos Inhamuns, que dividem o Piauí do Ceará; o Sertão Sul, área mais árida e mais pobre do Piauí, capitaneada pela região quase desértica limítrofe entre o Piauí e a Bahia; o Sertão Central, área cercada pelo Sertão Sul e Sertão Norte, além de estar interligado à região dos Cerrados (mais próspero pólo agrícola piauiense) e a região do Médio Parnaíba Piauiense (área capitaneada pela capital, Teresina).

O Sertão Central do Piauí tem como principal centro urbano a cidade de Picos, terceira maior cidade do Piauí. Nessa região as emissoras de rádio predominam por conta da distância das vastas e ainda importantes comunidades rurais dos centros urbanos.

Devido a programas governamentais o fornecimento de energia elétrica para essas localidades não é mais sonho, mas, em termos de identidade, ainda recebem conteúdos de mídia do eixo Rio-São Paulo, havendo assim necessidade premente de uma voz que represente esse sertão, suas peculiaridades e seus povos. Para isso fomos aprofundar “in loco” nosso conhecimento sobre essa região e sobre suas mídias, ditas comunitárias. Área em que temos atuação acadêmica e social e que passamos a desvendar e destacar.



2.1. Guaribas FM

Localizada na cidade de Picos (a 311 quilômetros ao Sul de Teresina), a rádio Guaribas FM é a única emissora de rádio comunitária da cidade. A sede desse meio de comunicação comunitário legalizado está localizada na Praça Félix Pacheco, 512, no Centro da cidade e tem seu estúdio (com equipamentos modernos e interligação por internet) exposto em forma de rádio-vitrine, idéia do seu diretor-geral e presidente da entidade mantenedora da rádio, jornalista Brás Rufino da Costa.

A Guaribas FM opera na frequência 106,3 e tem esse nome em homenagem ao rio que corta Picos: o rio Guaribas⁶. A emissora pertence à Fundação Waldemar de Moura Santos, que existe desde junho de 1997, como projeto político de assessores do deputado estadual Warton Santos (PMDB) que continua no poder e foi, segundo seus idealizadores, baluarte para a legalização da emissora de rádio. Os mesmos admitem que apesar da influência política o deputado não influencia nos rumos da rádio.

A emissora nunca foi fechada e sua luta por instalação ocorreu mais nos planos de Brasília. Lutas políticas essas que em 23 de novembro de 2004 terminaram com a licença de funcionamento definitiva aprovada pelo Ministério das Comunicações.

Hoje a rádio Guaribas chega a um raio de extensão de 40 quilômetros quadrados e influencia mais de 10 cidades da região de Picos, que é a capital do Sertão Central do Piauí e terceira maior cidade piauiense em termos populacionais e segunda cidade do Estado em termos econômicos. Midiaticamente o município é servido de três jornais semanais, três emissoras de rádio FM, três emissoras de rádio AM, uma revista bimestral e uma emissora de TV.

Segundo o diretor de programação da rádio Wagner Gomes Costa⁷ a população da cidade tem acesso à rádio desde a época de sua fundação. Hoje a participação ocorre em forma de cartas, pedidos e visitas, sendo que não há programas de instituições ou grupos. Wagner Costa ainda destaca que o fato da emissora ser comunitária e ser a única desse gênero na cidade beneficia Picos, por tentar dar voz à população. Em termos de voz ele não explica, mas acharia interessante que as associações procurassem a rádio, ou seja, a rádio quer integrar o público. Isso ocorre no oferecimento de brindes, notadamente CDs e ingressos para festas.

⁶ Guariba é um animal igual a preguiça. O rio tem este nome devido no século passado, antes do apogeu econômico da região, haver muitas guaribas entre o principal curso d'água da região de Picos, nome que ficou conhecido o rio. Hoje não há mais guaribas na região, devido ao fato dos bichos terem sido dizimados.

⁷ Entrevista concedida em 11 de janeiro de 2007 para a realização deste trabalho.



2.2. FM Nossa Senhora da Conceição

A FM Nossa Senhora da Conceição está localizada na cidade de São Julião, a 380 quilômetros ao Sul de Teresina. A emissora pertence à Associação SãoJuliãoense de Desenvolvimento do Desporto Cultura e Turismo e teve autorização para funcionar como rádio comunitária legalizada em 23 de abril de 2004.

Em São Julião só existem dois meios de comunicação local: a própria FM Nossa Senhora da Conceição e outra emissora de rádio comunitária que ainda está pleiteando legalização junto ao Ministério das Comunicações.

Mas a luta pela instalação de uma mídia local em São Julião começou no primeiro ano da década de 70 do Século passado como ideal do radialista João Elísio de Lima, fundador e diretor da associação que hoje mantém a FM Nossa Senhora da Conceição, que tem esse nome em homenagem à padroeira de São Julião.

Segundo João Elísio de Lima⁸ desde o início da década de 70 que ocorria transmissões radiofônicas clandestinas em São Julião através de uma rádio pirata. Essa rádio servia como forma de integrar os moradores do município através de avisos e recados, muitos deles sentimentais. Em 1972 a rádio teve de ser fechada por imposições legais, inclusive os equipamentos sendo destruídos para evitar flagrante policial.

Dificuldades geográficas impunham a cidade ter um meio de comunicação que representasse seus anseios. Baseado nisso que em junho de 1996 foi criada a associação para a fundação da rádio que, de forma clandestina, começou a funcionar em 19 de outubro de 1997. Um ano e meio após a rádio foi fechada pela Anatel. Oito dias depois foi reaberta após campanha de seus diretores. João Elísio conta que o movimento foi tão participativo que a rádio foi colocada no ar e nunca mais ficou sem funcionar.

João Elísio diz também que hoje fazer rádio comunitária em São Julião é se comunicar com a população, falar a mesma língua, usando sempre a simplicidade e humildade e sempre estar à disposição da Comunidade. Mas isso termina sendo difícil, porque uma rádio comunitária para ser segura para a comunidade é difícil, porque a comunidade é pobre, não tem condição e a gente passa muitas vezes por dificuldade.

Sendo que se faz rádio hoje por amor, visto que pouco se colabora hoje financeiramente para a manutenção da emissora. A rádio é ouvida em nove cidades da região, inclusive contando com participação dos moradores de tais cidades.

⁸ Entrevista concedida em 12 de janeiro de 2007 para a realização deste trabalho.

2.3. FM Novo Milênio

Localizada na cidade de Dom Expedito Lopes (a 282 quilômetros ao Sul de Teresina) a FM Novo Milênio também caracteriza-se como único meio da comunicação massivo da cidade. A emissora de rádio é de responsabilidade da Associação de Comunicação, Cultura e Desporto do Município de Dom Expedito Lopes do Piauí, órgão fundado por setores representativos do município.

Segundo Francival de Araújo Gonçalves⁹ a idéia de se montar uma rádio comunitária em Dom Expedito Lopes surgiu em 17 de maio de 1997, após a necessidade de um grupo de cidadãos expeditenses em ter uma emissora representando os interesses da cidade, já que o consumo midiático da cidade se restringia à mídias de outras cidades. Segundo Francival foi escolhido a rádio justamente por poder integrar a comunidade e por ser o meio de comunicação de maior penetração nos lares, organizações e comércios.

Nessa época sabia-se que existia um canal aberto para rádio comunitária na cidade. Daí para a instalação da mesma não demorou muito tempo, mas, porém ocorreram muitos percalços. Entre eles o fechamento ocorrido em agosto de 2001, onde um dos diretores da rádio foi processado.

Reaberta de forma clandestina 22 dias depois a rádio continuou a funcionar, mas gerou prejuízo de multa de R\$ 1.558 e um segundo fechamento, além de mais processos para os diretores, principalmente por conta a violação dos lacres do primeiro fechamento. O motivo principal era de que a rádio estava operando em frequência de 91,3, que atrapalhava o sinal das emissoras da região.

Em 23 de março de 2003 a rádio obteve licença para funcionar provisoriamente e em 02 de setembro de 2004 obteve licença para funcionar em definitivo, tudo pela frequência 105,9.

Buscando se integrar com a comunidade dando voz aos mais diversos segmentos de Dom Expedito Lopes hoje realiza-se campanhas e programas em prol da comunidade. E ainda não tem fins lucrativos. Segundo Francival Gonçalves depois que chegou a rádio comunitária no interior, principalmente nas comunidades mais distantes, as pessoas deixaram de ouvir as rádios de outras cidades distantes. O monopólio começou a ser destruído. A rádio comunitária devagar está conquistando seu espaço.

⁹ Entrevista concedida em 4 de janeiro de 2007, para a realização deste trabalho.



2.4. Umbuzeiro FM

A Umbuzeiro FM está localizada na cidade de Pio IX (a 450 quilômetros ao Sul de Teresina em um dos municípios piauienses com maior problema de abastecimento de água), no extremo Oeste do Estado, divisa com o Ceará.

A emissora de rádio comunitária opera na frequência 105,9. Ela tem esse nome em homenagem à primeira denominação do município de Pio IX, Umbuzeiro¹⁰, decorrente da fazenda do mesmo nome.

Pertencente à Associação de Rádio de Pio IX, a Umbuzeiro FM, segundo Luís Pereira de Alencar¹¹, teve origem em 1995, por conta da necessidade da instalação de uma rádio na cidade, que até hoje só tem um meio de comunicação local, que é a própria emissora. Sendo que em 14 de junho de 1997 criou-se a associação que pleiteou a rádio comunitária hoje existente na cidade. Nessa época 30 pessoas participaram da fundação. Sem dinheiro, mas com disposição de criarem a rádio, os associados iniciais realizaram bingos e campanhas para a compra de antena e outros aparelhos para o funcionamento mínimo da emissora.

Em 5 de abril de 1998 a rádio entrou no ar pela primeira vez, funcionando, de forma clandestina, até ser fechada pela Anatel em 20 de agosto do mesmo ano. Mesmo lacrada e sem poder funcionar, um abaixo-assinado e uma campanha popular forçaram a reabertura da rádio, que foi colocada novamente no ar de forma clandestina em 19 de setembro, também de 1998. Com posse de liminar, concedida em 30 de junho de 1999 a rádio funcionou por anos por conta desse artifício jurídico, sendo que em 22 de junho de 2004 foi autorizada a funcionar definitivamente. Mas desde 5 de maio de 1999 ela está liberada a funcionar, sendo uma das mais antigas legalizadas do País.

Segundo Luiz Pereira hoje a rádio passa por problemas de identidade justamente porque as calorosas lutas pararam devido à legalização da rádio, sendo que ser considerada comunitária é um “meio termo”, ocorrendo porque os espaços são preenchidos por um grupo político da cidade, em contrapartida a emissora ainda é uma das poucas vozes da cidade a dar vazão à campanhas de conscientização, educação e cidadania, mobilizando moradores das zonas urbana e rural. Os ouvintes participam massivamente enviando cartas, realizando ligações ou mandando bilhetes.

¹⁰ O nome umbuzeiro decorre de árvore frutífera que produz o umbu, fruta cítrica de gosto tropical excelente para se fazer sucos e popular na região sertaneja brasileira.

¹¹ Entrevista concedida em 12 de janeiro de 2007 para a realização deste trabalho.



3. A importância da luta e a historicidade das rádios comunitárias legalizadas do Sertão Central do Piauí

As rádios comunitárias do Sertão Central do Piauí têm importante papel no desenvolvimento social, na possibilidade da multiplicação de vozes cidadãs, compromissadas, mais ainda na formação de identidades próprias e agregadas, na construção histórica da comunicação comunitária e promotora de contraponto positivo entre as mídias tidas como convencionais (principalmente as radiofônicas).

As quatro primeiras emissoras de rádio comunitária a serem legalizadas no Sertão Central do Piauí: Guaribas FM (na cidade de Picos), FM Nossa Senhora das Graças (na cidade de São Julião), FM Terceiro Milênio (na cidade de Dom Expedito Lopes) e Umbuzeiro FM (na cidade de Pio IX), cumprem, analisando-se de forma generalista e comparando-se com as mídias tidas como convencionais, seu papel básico, de levar comunicação radiofônica a comunidades (quase todas carentes), ou seja, dando e proporcionando princípios de vazão à representatividade das comunidades nessas emissoras.

Questiona-se, notadamente na rádios Guaribas FM, em Picos, sobre a participação ativa da comunidade. Mas, paradoxalmente Picos, por ser a capital do Sertão Central do Piauí, inclusive com outras sete emissoras de rádio comunitária (frisa-se: ainda não legalizadas), têm carências comunicacionais divididas, justamente por ter e ser sede de outras mídias. Já nas cidades de Dom Expedito Lopes, Pio IX e São Julião, as três rádios comunitárias ali localizadas, instaladas e autorizadas, são as únicas vozes ou possibilidades de vozes das comunidades representadas. Não há outras emissoras de rádio ou outras mídias massivas nesses municípios.

Com diferentes histórias, mas com atuações parecidas, as rádios comunitárias do Sertão Central do Piauí são importantes por também congregarem populações urbanas e rurais. Quando menor a cidade e quanto mais afastada ela é, menos possibilidade de integração e de comunicação massiva ela tem, sendo que as rádios comunitárias ajudam a dirigir essa situação, integrando essas regiões.

Dados do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística¹², mostram que essa integração é importante, pois, quantitativamente, as populações dos municípios estudados se equiparam em moradores das zonas urbana e rural.

¹² Ver Censo Demográfico de 2000, IBGE (2007).

Em Dom Expedito Lopes há 5.755 moradores, sendo que 2.964 estão na zona urbana e 2.791 estão na zona rural. Nessa cidade há dois grandes conglomerados urbanos rurais (Buriti Grande e Gaturiano), concentrados com suas peculiaridades e necessidades, via emissora de rádio comunitária. Isso ocorre através de parte da programação da emissora e através de seus programas segmentados.

Já a cidade de Picos, que é a maior das regiões estudadas e o mais desenvolvido centro urbano da região, tem, segundo o IBGE (2007) 63.110 habitantes, sendo que 32.747 estão na região urbana e 30.368 estão na zona rural, divididos em ampla extensão territorial, mas com possibilidade de integração pela emissora comunitária da cidade, que ultrapassa os limites do município.

Na cidade de Pio IX, segundo o IBGE (2007) há 15.625 habitantes, desses 7.932 estão na zona urbana e 7.693 estão na zona rural. Em Pio IX há comunidades rurais distantes mais de 40 quilômetros da sede, sendo necessário uma emissora local para informar e formar sobre as notícias da sede.

Em São Julião temos uma população, segundo IBGE (2007) de 5.436 habitantes, desses 2.737 estão na zona urbana e 2.699 estão na zona rural. Também nessa cidade há comunidades extremamente distantes e só informadas do mundo exterior através das ondas da rádio comunitária da sede da cidade.

É a voz da zona urbana e da zona rural congregando comunidades e ressoando vozes, integrando áreas quase impossíveis de serem integradas por outras mídias.

Enveredando pelos conceitos de mídia comunitária proporcionados pela obra de PERUZZO (1998, p 152), as quatro rádios estudadas promovem medianamente a abertura à participação ativa dos cidadãos e suas entidades representativas.

Notamos que sindicatos, igrejas, órgãos sociais podem ter voz nessas emissoras, inclusive em algumas tendo participação desde seu início. Em muitos casos as vozes só não são maiores justamente por conta de desinteresse desses setores locais e comunitários. Interesses esses que deveriam ser mais promovidos pelas próprias emissoras.

Sobre o item de revezamento enquanto produtoras e receptoras dos produtos comunicacionais feitas pelas pessoas da própria comunidade, nas primeiras quatro rádios legalizadas do Sertão Central do Piauí tal revezamento ainda é pequeno e quase inexistente nas rádios Guaribas FM e FM Nossa Senhora das Graças

As quatro rádios comunitárias sertanejas promovem interação entre suas comunidades. Isso ocorre principalmente em termos de participação em cartas e bilhetes, principalmente nas comunidades mais rurais, e em ligações telefônicas, inclusive com uso de artifício do celular rural.



As emissoras não são autogeridas, necessitam de ajudas, muitas vezes de seus próprios diretores ou então saindo do nicho de apoios culturais para os patrocínios propriamente ditos. Com patrocínios ou apoios culturais essas emissoras cobram pouco, preços e valores que, segundo seus diretores, são baixos justamente para dar vazão e oportunidade para os comerciantes de baixa renda. Na rádio FM Terceiro Milênio um apoio cultural ou um aviso pode sair por R\$ 1,00, valor, segundo seu diretor de programação, acessível a qualquer pessoa. Ele e outros diretores das rádios estudadas também destacam que se for caso de interesse público não se cobra pelas veiculações. Por isso, teoricamente, as emissoras legalizadas do Sertão Central do Piauí não têm interesse comercial.

Sobre o item que enfatiza a autonomia e livre de ingerências em relação aos órgãos do Governo, grande mídia, partidos políticos e seus afiliados, etc, as quatro emissoras provam que têm ligações diretas ou indiretas com grupos políticos e que essas ligações chegaram a ser até positivas para sua situação de legalização. Na Guaribas FM é nítida e assumida a ligação com o deputado estadual Warton Santos (PMDB), dono do prédio que abriga a sede da emissora e mentor político dos diretores da rádio. Na FM Nossa Senhora das Graças a colaboração direta do ex-prefeito da cidade e ex-presidente da Confederação Nacional dos Municípios, Carlos Alberto de Alencar (PSDB), mais conhecido por Carlão, também é frisada, juntamente com o “reconhecimento” de seus diretores pela atuação na legalização da rádio, fruto “luta” dos deputados federais Mussa Deme (DEM) e Átila Lira (PTB). O diretor de programação da FM Terceiro Milênio destaca que a atuação do ex-deputado federal B.Sá (PSB) foi crucial para a liberação da rádio. O ex-deputado federal (que não conseguiu ser eleito nas eleições de 2006, mas que continua no poder sendo secretário estadual no Piauí) também foi importante para “luta” pela instalação da Umbuzeiro FM. Os méritos também são dados para o atual vice-governador piauiense: Wilson Martins (PSB).

As rádios sertanejas realmente cumprem a assertiva de oferecer possibilidades ilimitadas de inovação de linguagens e formatos de programas, sendo que em todas elas há interesse e até espaço para tais inovações.

Sobre terem programação sintonizada com a realidade local e retratação de temas de interesse local as rádios ainda devem seu papel.

O local é abordado com muita ênfase e segmentos específicos vêm sendo contemplados à medida das necessidades.

Apesar de um suposto alcance limitado para padrões piauienses, as rádios comunitárias sertanejas têm alcance muitas vezes tão ou mais abrangentes em termos geográficos do que suas concorrentes tidas como convencionais (notadamente emissoras de rádio AM).

A busca por interesses comuns e ações que se desenvolvem como processo de aprendizado no exercício da democracia e da cidadania ainda são uma busca, mas não consideradas utópicas por essas emissoras.



Considerações

As lutas pela comunicação comunitária dessas emissoras não foram em vão, valendo-se da continuidade e da necessidade de novos exemplos para esse tipo de lutas não só no Piauí, mas também em todo País.

Custa-se acreditar que em uma nação continental haja tão poucas vozes representativas, já que está provado que, mesmo com dificuldades e desvirtuamentos da Lei, principalmente em se tratando de mídias radiofônicas, a luta pelo comunitário pela inserção comunitária, também via mídia é válida.

O Sertão Central do Piauí continua pobre, com muita miséria, problemas sérios de saúde e educação, mas não como antes, sem voz. As vozes começam a soar e dissoar, gerando possibilidades em breve de reverberação dessa luta. As vozes não antes ouvidas agora têm espaço e não são mais sufocadas pelas burocracias e dissonâncias da vida.

Referências

BAHIA, Lílian Claret. **Rádios Comunitárias**. São Bernardo do Campo: Disponível em <www2.metodista.br/unesco/agora/pmc_acervo_territorios_radios_comunitarias.pdf> Acesso em 01 de fevereiro de 2007.

COGO, Denise Maria. **No Ar...Uma Rádio Comunitária**. São Paulo: Paulinas, 1998.

_____. In PERUZZO, Cícilia Maria Krohling (org). **Vozes Cidadãs – Aspectos Teóricos e Análises de Experiências de Comunicação Popular e Sindical na América Latina**. São Paulo: Angellara Editora, 2004.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico de 2000. Brasília: Disponível em: <www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem/picont97.shtm>. Acesso em 01 de abril de 2007.

MCLEISH, Robert. **Produção de Rádio – Um Guia Abrangente de Produção Radiofônica**. São Paulo: Summus, 2001.

Ministério das Comunicações. **O que é uma rádio comunitária**. Brasília: Disponível em: <www.mc.gov.br/005/00502001.asp?ttCD_CHAVE=7879>. Acesso em 15 de março de 2007.

PERUZZO, Cícilia M. Krohling. Mídia Comunitária. **Comunicação & Sociedade**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação. São Bernardo do Campo: Umesp, n.30, 1998.